



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 20 DE JANEIRO DE 2016

Nº. 2/2016

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: Francisco José Caldeira Duarte, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e António João Fernandes Colaço, António José Rosa de Brito e Paulo Jorge Maria do Nascimento.

Faltou o Sr. Vereador Carlos Alberto Camacho Pereira.

ABERTURA DOS TRABALHOS

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente da Câmara, declarada aberta a reunião pelas 14,45 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Deu o Sr. Vereador Paulo Nascimento conhecimento das iniciativas programadas, nesta data, no âmbito da Feira de S. Sebastião (ou do Pau-Roxo) com destaque para a conversa com Frederica Teixeira e Maria Bernardes, da Associação Círculos de Sementes, e com o Chefe de Cozinha João Vaz, que decorrerá no Centro de Promoção do Património e do Turismo.

Informou também que a iniciativa inclui uma mostra gastronómica e degustação de pratos à base de Pau-Roxo, no Centro de Promoção do Património e Turismo, e que ao longo deste dia poderá ainda degustar-se alguns pratos confeccionados à base desta cenoura, nos restaurantes aderentes, ou adquiri-la no comércio local.

Deu o Sr. Vereador Paulo Nascimento igual conhecimento da realização, no dia 21 do corrente mês, do I Colóquio de Museus Rurais do Sul e do respetivo programa, do qual foi entregue cópia a todo o executivo.

Ainda no âmbito deste ponto da ordem de trabalhos, questionou o Sr. Vereador António José de Brito se a Câmara Municipal “ofertou” na última época natalícia “vouchers” dos supermercados Continente aos filhos menores dos seus trabalhadores, pelo que formalizou o pedido o requerimento que a seguir se transcreve:

“Há anos que a situação do comércio local, como consequência da crise económica que afeta o país, tem sido muito difícil e exigente, obrigando a um esforço contínuo para assegurar a manutenção dos postos de trabalho e o equilíbrio económico das pequenas empresas que o suportam que, como se sabe, são quase todas de cariz familiar.

Neste contexto, recebemos informação e consequente preocupação de vários comerciantes pelo facto de, durante a época natalícia, a Câmara Municipal ter optado por ofertar aos filhos dos seus trabalhadores, como é boa tradição, “vouchers” da cadeia de supermercados Continente.

Para uma informação mais detalhada sobre esta situação, gostaríamos de obter os seguintes esclarecimentos escritos nos termos previstos na alínea 2) do Artigo 8º do Regimento da Câmara Municipal de Castro Verde:

1.- Confirma-se que a Câmara Municipal “ofertou” na última época natalícia “vouchers” dos supermercados Continente aos filhos menores dos seus trabalhadores? Se sim, qual o valor financeiro total dessa aquisição?

2. - Se se confirma a aquisição dos referidos “vouchers”, por que razão não foi encontrada uma solução para privilegiar o comércio local do concelho de Castro Verde”.

Em resposta ao pedido de esclarecimento acima referido, o Sr. Presidente da Câmara formalizou por escrito o que a seguir se transcreve na íntegra:

“As preocupações da Câmara Municipal de Castro Verde sobre a situação do comércio local no concelho são conhecidas e as iniciativas que tem sido desenvolvidas para alterar o quadro existente, com a participação dos interessados, são também do domínio público.

Portanto só o alheamento completo da realidade e das iniciativas municipais nesta área ou a má-fé (sua ou dos “vários comerciantes” que lhe fizeram chegar a sua (deles) preocupação), justificam as dúvidas suscitadas e sobretudo o que lhe está subjacente.

Posto isto,

A Câmara Municipal de Castro Verde, à semelhança dos anos anteriores, tem presenteado, na época natalícia os filhos dos seus trabalhadores/ colaboradores/ membros da Assembleia Municipal com uma oferta adequada à idade e sexo no valor simbólico de até aproximadamente 12,00€/criança. O valor das ofertas para as crianças de 12 anos, por ser o último ano que recebem poderá ir até 25€.

Atendendo a que o Município está ciente das dificuldades que o comércio local tem vindo a enfrentar, tem sido nossa preocupação aferir da possibilidade de se obter uma resposta localmente.

Há alguns anos a esta parte as ofertas têm sido adquiridas no comércio local, considerando os seguintes aspetos:

- Diversidade adequada a cada uma das idades, considerando a adequação da oferta;
- Disponibilidade por parte do fornecedor das quantidades pretendidas, sendo que a oferta deve ser igual por faixa etária, tendo em conta que as idades variam desde os recém-nascidos até aos 12 anos de idade.

Pela experiência de anos anteriores verificou-se alguns constrangimentos, nomeadamente no que concerne às quantidades disponíveis por parte do comércio local, quer em termos de variedade quer em termos de quantidade.

Assim, foi decidido no ano 2015, e para o comércio local não se sentir lesado, adquirir a vários fornecedores locais os produtos destinados ao cabaz de Natal e adquirir as ofertas aos filhos dos trabalhadores no local onde a diversidade consiga dar a resposta mais adequada.

Pelas dificuldades mencionadas e no sentido de proporcionar uma maior flexibilidade de utilização sem sacrificar a liberdade de escolha de quem o recebe, efetivamente, das 102 ofertas aos filhos dos trabalhadores do Município, 12 crianças (dos quais 10 filhos dos trabalhadores da autarquia e 2 filhos de membros com assento na Assembleia Municipal) foram presenteadas com Cartão Presente Continente, no valor de 25€, perfazendo um valor de 300,00 €.”

ORDEM DO DIA

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1. - Informações:

Tomou a Câmara conhecimento da declaração, emitida pelo Chefe da Divisão de Administração e Finanças, para os efeitos do disposto no art.º 15º da Lei nº. 8/2012, de 21 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº. 22/2015, de 17 de março, e que:

- a) Todos os cabimentos e compromissos existentes à data de 31 de dezembro de 2015, encontram-se devidamente registados nos nossos programas informáticos, Sistema de Gestão de Stocks - GES e Sistema de Contabilidade Autárquica - SCA;
- b) Junta em anexo, o mapa dos recebimentos em atraso, à data de 31 de dezembro de 2014, num total de 67.586,71 €.
- c) Não existem pagamentos em atraso.

Tomou a Câmara igual conhecimento da relação dos benefícios concedidos durante o ano de 2015, tornado público através do edital nº.3/2016, de 12 de Janeiro, dando assim cumprimento ao disposto na Lei nº. 64/2013, de 12 de agosto.

2. - Expediente:

Tomou a Câmara conhecimento do ofício da RESIALENTEJO, informando que em reunião da sua Assembleia Geral, realizada no dia 28 de dezembro último, foi aprovada a tarifa de deposição de resíduos a aplicar em 2016, no valor de 47,43 €/tonelada.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1.- 1ª alteração ao Orçamento e Opções do Plano de 2016:

Apresentou o Sr. Presidente a proposta da 1ª alteração a efetuar ao Orçamento e Opções do Plano do ano em curso, prestando para o efeito a explicação das alterações em causa.

Colocado o assunto à consideração do executivo, questionou o Sr. Vereador António José de Brito os motivos da realização da alteração proposta e formalizou o pedido com o seguinte requerimento:

“O Orçamento de 2016 da Câmara Municipal de Castro Verde foi aprovado em sessão de Câmara no dia 14 de Outubro e, na Assembleia Municipal, no dia 17 de Dezembro de 2015.

Passados apenas três meses da aprovação em sede da Câmara Municipal e decorridos apenas 20 dias no exercício orçamental, somos confrontados com a necessidade de fazer uma primeira revisão do documento.

Para uma informação mais detalhada sobre esta situação, gostaríamos de obter os seguintes esclarecimentos escritos nos termos da alínea 2) do Artigo 8º do Regimento da Câmara Municipal de Castro Verde:

- 1.- Em Outubro de 2015, há apenas três meses, não era possível prever a necessidade de intervir nas ETARs com a escala que agora se estima e, desse modo, impedir esta alteração no Orçamento?
2. As alterações introduzidas implicam uma redução de 107.695,00 euros no apoio a três IPSSs do concelho. Em que termos será feita essa redução?
3. Face a esta significativa diminuição, que consequências estima a Câmara Municipal que possam afetar as IPSSs em causa, nomeadamente a Associação Seara de Abril, Lar Frei Manoel das Entradas e Fundação Joaquim Franco e seus pais?”

Em resposta ao pedido de esclarecimento acima referido, o Sr. Presidente da Câmara formalizou por escrito o que a seguir se transcreve na íntegra:

1. “Não. O preço base do concurso inicial para a remodelação das ETAR's era outro, e ficou consignado na proposta de orçamento que veio a ser aprovada. O concurso ficou deserto. Este facto levou à abertura de novo concurso com um nível superior de requalificação das ETAR's e cujo preço base só foi apurado posteriormente à aprovação do Orçamento 2016 e que implicou a alteração orçamental agora proposta.
2. Está feita, na medida em que a proposta de alteração foi apreciada e aprovada na reunião de Câmara de 20 de Janeiro (Com a sua abstenção)!
3. Esta diminuição não acarreta nenhuma consequência no apoio previsto para as IPSS's do Concelho, como tive ocasião de lhe explicar na referida reunião: os valores consignados no Orçamento 2016 (elaborado em Setembro 2015) como transferências correntes para as IPSS's estavam sobrevalorizados face aos acordos reais entretanto celebrados pelas Instituições com o ISS e refletiam a possibilidade de colmatar a falta dos apoios estatais que poria em causa o seu funcionamento.”

Posto isto foi a proposta de alteração a efetuar ao Orçamento e Opções do Plano do ano em curso submetida a votação foi a mesma aprovada por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador António José de Brito

Fica anexa presente ata a proposta de alteração orçamental aprovada, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrita.

2. - Abertura de concurso público para alienação de 2 lotes de terreno para construção urbana, em Entradas.

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

O Município de Castro Verde é dono e legítimo proprietário de lotes de terreno em Entradas, do concelho de Castro Verde, destinados a construção (habitação), os quais se encontram em condições para se proceder à sua alienação, com infraestruturas concluídas.

Os lotes de terreno a alienar têm como objetivo criar condições de habitação para a fixação de famílias, que se proponham a fixar residência permanente na área do Município de Castro Verde.

Assim proponho que a Câmara Municipal de Castro Verde delibere:

- a) No uso da competência prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a sua alienação através de concurso público, de 2 lotes (n.ºs. 27 e 28) sitos na Rua Álvaro Cunhal, em Entradas, mediante as condições estipuladas no programa de concurso anexo à presente proposta.
- b) Aprovar os valores fixados como preço base para a alienação de cada um dos lotes, cujo valor total da alienação dos dois lotes totaliza 16.000,00 €.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente proceder à alienação dos lotes de terreno em causa, através de concurso público, cujas normas aprovou igualmente por unanimidade e que se anexam à presente ata dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritas.

3. - Alienação de lote de terreno em Castro Verde:

Apreciou a Câmara o pedido formulado Susana Maria Serra da Glória Fialho e Adriano Miguel Simões Mariano em que solicitam autorização para a alienação do lote de terreno para construção urbana, identificado com o n.º. 24, sito na Rua Almeida Garrett, em Castro Verde, que adquiriram a esta Câmara Municipal, através do concurso público em 2013, por já não reunirem as condições necessárias para concretizar a respetiva construção, devido a alterações da sua situação pessoal e familiar.

A Câmara, em face dos motivos evocados, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente autorizar os requerentes a alienar o lote de terreno em causa, renunciando aos ónus constantes da escrita de compra e venda.

4. - Ratificação da emissão de licença especial de ruído.

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara a licença especial de ruído que concedeu, nos termos do art.º 15.º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º. 9/2007, de 17 de Janeiro, com as devidas alterações, a Graça Maria Luz Rita Sousa, para a realização de música ao vivo no Bar das Piscinas - "Kais", em Castro Verde, no período de 16 de janeiro a 13 de fevereiro do ano corrente, das 22 às 2 horas, em cada dia que se realize o evento.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente ratificar a emissão da concessão da licença especial de ruído acima referida.

DIVISÃO DE OBRAS, GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL

1. - Projetos de arquitetura:

Apreciou a Câmara os seguintes projetos de arquitetura e em face dos pareceres proferidos sobre os mesmos pelo Gabinete de Gestão Urbanística, deliberou, por unanimidade e nominalmente aprová-los:

- da empresa COSA - Criação de Ovinos de São Marcos da Ataboeira para construção de edifício destinado a apoio à agricultura, no Monte da Apariça, freguesia de São Marcos da Ataboeira (proc.º nº. 27/15).
- de Ana Lúcia Rosário Dias Colaço Ferreira, para construção de habitação na Rua do Acampamento, em Castro Verde (proc.º. 28/15).
- de Francisco Figueira Ramos, para construção de habitação na Rua do Centenário da República, lote 44, em Castro Verde (proc.º. nº.44/15).
- de Francisco Figueira Ramos, para construção de habitação na Rua do Centenário da República, lote 44, em Castro Verde (proc.º. nº.45/15).

2. - Legalização de construção de edifício destinado a comércio/serviços/habitação (alojamento local):

Apreciou a Câmara o pedido de legalização da construção de edifício destinado a comércio/serviços/habitação (alojamento local), requerido por Francisco Luzia Canário, sito na Rua Morais Sarmiento nº 6 e Rua Fialho de Almeida, em Castro Verde, devido à caducidade do respetivo processo de obras, o qual apresenta um novo projeto de arquitetura referente às obras executadas, que pretende agora legalizar, e que alteram também a anterior divisão do edifício em propriedade horizontal, estabelecendo assim uma nova divisão em 5 frações isoladas e independentes entre si e respetivas zonas comuns.

São assim criadas 4 frações de habitação nos pisos 1 e 2 (B,C,D e E - apartamentos T1) e uma fração (A) destinada a comércio/serviços no r/chão.

Acresce que, nesta nova divisão do edifício em propriedade horizontal, resultam frações autónomas isoladas e independentes entre si, com saída própria para a via pública (fração A) e com saída para as partes comuns que comunicam para a via pública (frações B,C,D e E), cumprindo assim o disposto nos artigos 1414º e seguintes do Código Civil, pelo que não existe inconveniente à divisão do edifício construído em propriedade horizontal.

Apreciado o pedido, a Câmara, em, face do parecer proferido pelo Gabinete de Gestão Urbanística, deliberou, por unanimidade e nominalmente, aprovar o projeto de arquitetura relativo ao processo de legalização das obras em causa, assim como a consequente divisão do imóvel construído em propriedade horizontal, composta por 5 frações conforme acima referido.

3. - Emissão de parecer sobre constituição de compropriedades:

3.1.- Appreciou a Câmara um requerimento em que Maria da Luz Fernandes Romano Colaço, na qualidade de representante de Matilde Maria Cortes Guerreiro Palma, residente na Rua José Caetano da Ponte nº. 16, em Almodôvar, solicita a emissão de certidão de parecer sobre a constituição de compropriedade, nos termos do art.º 54º, nº.1, da Lei nº. 91/95, de 2 de Setembro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei nº.64/2003, de 23 de Agosto, a favor dos proprietários mencionados na respetiva caderneta predial, para efeitos de partilha, de metade do prédio misto,

inscrito na matriz urbana sob o artigo nº.566 e rústico sob o artigo nº. 1, Secção G, denominado Herdade da Rosa Gorda, sito na Freguesia de Santa Bárbara de Padrões, concelho de Castro Verde

Apreciado o assunto, a Câmara, em face da informação prestada pelo Coordenador Técnico da Secção Técnica Administrativa, deliberou, por unanimidade e nominalmente, emitir parecer favorável à constituição da compropriedade para os fins em causa, na medida em que não se verificam os pressupostos fundamentais previstos no nº.2 do artigo 54º da Lei nº.64/03, de 23 de Agosto.

3.2. - Apreciou a Câmara, em seguida um outro pedido em que Maria da Luz Fernandes Romano Colaço, igualmente na qualidade de representante de Matilde Maria Cortes Guerreiro Palma, residente na Rua José Caetano da Ponte nº. 16, em Almodôvar, solicita a emissão de certidão de parecer sobre a constituição de compropriedade, nos termos do art.º 54º, nº.1, da Lei nº. 91/95, de 2 de Setembro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei nº.64/2003, de 23 de Agosto, a favor dos proprietários mencionados na respetiva caderneta predial, para efeitos de partilha, do prédio misto, inscrito na matriz urbana sob o artigo nº.567 e rústico sob o artigo nº. 2, Secção G, denominado Courela da Zagala, sito na Freguesia de Santa Bárbara de Padrões, concelho de Castro Verde

Apreciado o assunto, a Câmara, em face da informação prestada pelo Coordenador Técnico da Secção Técnica Administrativa, deliberou, por unanimidade e nominalmente, emitir parecer favorável à constituição da compropriedade para os fins em causa, na medida em que não se verificam os pressupostos fundamentais previstos no nº.2 do artigo 54º da Lei nº.64/03, de 23 de Agosto.

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

1. - Acordo de Cooperação - Entrudanças 2016:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo nascimento:

“Tendo como objeto a produção e organização do Festival Entrudanças 2016, cuja programação resultou dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da parceria entre a Associação Pédexumbo, a Junta de Freguesia de Entradas e a Câmara Municipal de Castro Verde, assente nos princípios e considerandos do documento, junto remeto proposta de Acordo de Cooperação Entrudanças 2016.

Este Acordo de Cooperação visa enquadrar e operacionalizar a programação do 13º. Entrudanças, subordinado ao tema “A chocalhar o Entrudo”, numa evocação do chocalho e de transumância, e a denominada fase Pré-Entrudanças, um trabalho com a comunidade que envolve o Agrupamento de Escolas de Castro Verde, a ART e o Grupo Coral “As Ceifeiras”, conforme documentos anexos.

Importa referir que este Acordo de Cooperação também é catalisador de um conjunto de colaboradores e participações de atores locais (associações, artesãos, unidades de alojamento, etc.) que são fundamentais para a dinâmica do Festival Entrudanças.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente celebrar o Acordo de Cooperação Entrudanças 2016, nos termos propostos pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento, cujos documentos se anexam à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

2. - Prorrogação do valor de cálculo da capitação do cartão social.

Foi presente a informação nº. 49 do Gabinete de Ação Social, sobre o assunto em título, que a seguir se transcreve:

“O Município aprovou em 18 de Fevereiro/2009, algumas medidas anti-crise introduzidas como forma de combate à pobreza. Neste âmbito foram aprovadas algumas medidas, nomeadamente referentes à atribuição/alargamento do Cartão Social, inculcando desta forma algumas alterações. O documento/proposta faz referência ao ano 2009, tendo sido prorrogado nos anos seguintes. Desta forma para o cálculo da Capitação do Cartão Social, passou a ser considerado o valor dos indexantes aos Apoios Sociais: escalão A - 419,22€ e para o escalão B – 1.2 de 419,22€.

Mais se informa, que em termos de capitação, quando os rendimentos do agregado familiar são instáveis, os processos serão analisados com base nos rendimentos dos últimos 3 meses que antecedem ao pedido do Cartão Social e quando os rendimentos do agregado familiar são estáveis, calcula-se a capitação com base nos rendimentos anuais ilíquidos.

Desta forma solicita-se a V. Excelência que se pronuncie sobre o assunto, visto que é necessário clarificar o suporte legal a aplicar na análise dos processos de Cartão Social.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente prorrogar no ano em curso o valor do cálculo da capitação para atribuição do cartão social conforme a informação do Gabinete de Ação Social, acima descrita.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 15,45 horas, qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º da Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.